



**O RURAL: HORIZONTES, DISPOSIÇÕES.
AS CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA E DA SOCIOLOGIA NAS REVISTAS TERRA
LIVRE E TEMPO SOCIAL. (1980-2005)**

BEATRIZ MEDEIROS DE MELO ¹

MARIA APARECIDA DE MORAES SILVA ²

RESUMO

Este artigo trata da análise das contribuições concedidas pela Geografia e pela Sociologia ao estudo do mundo rural. Compreendemos que a partir de uma análise da discussão empreendida sobre este tema particular, e da natureza das contribuições concedidas por estas disciplinas, podemos nos aproximar daquilo que caracteriza o objeto de reflexão destas e das respostas que estas têm construído para as questões postas na contemporaneidade. Aí está apoiada, portanto, nossa opção por investigar e sistematizar estas contribuições a partir dos métodos específicos de pesquisa – que, é evidente, supõe uma orientação teórica. Os principais resultados aqui encontrados foram: compromisso de ambas as revistas com o contemporâneo; revelância das discussões sobre Teoria e Método também em ambas; que a distinção rural/urbana tem mais relevo na produção da Geografia que da Sociologia; uma distribuição temática mais equitativa e variada na TS que na TL; um esforço interdisciplinar maior na TL do que na TS; que na Geografia há destaque para os temas da relação entre recursos naturais e técnicas (o que envolve também a economia), na Sociologia o destaque é posto no temas das instituições e do indivíduo. Ademais, na análise de contribuições particulares, observamos efetivamente um diálogo crítico constante entre as duas disciplinas.

Palavras-chave:

rural – teoria – método – temática – Geografia e Sociologia.

¹ Mestranda do PPG/Geografia da FCT – UNESP/Presidente Prudente - beatrizmelo@yahoo.com

² Livre-docente pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP – maria_moraes@terra.com.br



RESUMEN

Este artículo se ocupa del análisis de las contribuciones concedidas para la geografía y la sociología al estudio del mundo agrícola. Entendemos que de un análisis de la pelea emprendida en este tema particular, y de la naturaleza de las contribuciones concedidas para éstos disciplina, nos acercamos de eso que caracteriza el objeto de la reflexión y de las respuestas que éstas han construido para las preguntas ece de pescados en el contemporaneidade. Allí se apoya, por lo tanto, nuestra opción para investigar y sistematiza estas contribuciones de los métodos específicos de investigación que, es evidente, él asume una orientación teórica. Los resultados principales encontrados aquí habían sido: comisión ambos los compartimientos con el contemporáneo; revelância de las peleas en teoría y método también en ambos; que la distinción de rural/urbana tiene más relevación en la producción de la geografía que de la sociología; una distribución temática más equitativa y variada en el TS que en el TL; un esfuerzo a más grande interdisciplinar en el TL de eso en los TS; en la geografía tiene prominencia para los temas de la relación entre los recursos naturales y las técnicas (qué también implica la economía), en sociología la prominencia son espesas en los temas de las instituciones y del individuo. Ademais, en el análisis de contribuciones particulares, observamos con eficacia un diálogo crítico constante entre los dos disciplina.

Palabra-llave:

rural - teoría - método - temático - Geografía y Sociología

1. Introdução.

No momento atual de desenvolvimento das Ciências Humanas (ou Sociais), e de desenvolvimento mesmo da própria humanidade, separar fragmentos torna-se desafio cada vez maior. Este pressuposto é válido também para as Ciências Exatas ou Naturais, haja vista que a própria idéia de fragmento é posta em xeque com o desenvolvimento de técnicas e métodos cada vez mais modernos, que trazem à luz parcelas do corpo humano antes desconhecidas (escondidas em seus recônditos), constroem e descobrem novas pequenas parcelas de elementos químicos, novas formas de energia, etc.



O fato é que a história dos homens, por seu caráter cumulativo, desafia a leitura do mundo, a compreensão e a identificação dos elementos que nos compõe e que compõe este universo, e as formas de diálogo entre eles. Portanto, desafia também a construção de teorias que possam explicar esse constante processo de complexificação. É então que a decomposição da ancestral Filosofia em ciências parcelares, necessidade premente imposta pelo amadurecimento da história dos homens, é também desafiada. De um lado, os ditames de uma ciência com características fortemente fragmentárias impõe uma busca desenfreada pela distinção, do emaranhado de causalidades, determinações, sobredeterminações e diálogos, do que é caracteristicamente objeto de estudo de uma ou outra destas ciências parcelares, para, a partir desta distinção, identificar o lugar (ou o território)³ de cada uma delas. Por outro lado, esta mesma busca apresenta o risco constante de um progressivo afastamento do real.

O ponto de partida deste artigo no interior da problemática exposta é o da análise das contribuições concedidas pela Geografia e pela Sociologia acerca de uma temática específica: a das questões que hoje circundam o mundo rural. Compreendemos que a partir de uma análise da discussão empreendida sobre este tema particular, e da natureza das contribuições concedidas por estas disciplinas, podemos nos aproximar daquilo que caracteriza o objeto de reflexão destas e as respostas que estas têm construído para as questões postas na contemporaneidade. Aí está apoiada, portanto, nossa opção por investigar e sistematizar estas contribuições a partir dos métodos específicos de pesquisa – que, é evidente, supõe uma orientação teórica.

O material analítico utilizado aqui é composto pelo conjunto dos artigos referentes à temática rural publicados nas revistas Terra Livre (TL), organizada pela Associação dos Geógrafos dos Brasil (AGB), e na revista Tempo Social (TS), organizada pelo Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). A escolha do material, a princípio, foi orientada em função da relevância de tais revistas para seus pares, e reforçada, posteriormente, pela constatação de que as mesmas foram lançadas em datas bastante próximas (1986 e 1989, respectivamente).

³ Compreendemos ser possível falar tanto do *lugar* como do *território* de uma ciência. Porque esta última envolve tanto relações de poder como de identidade, e porque negamos a possibilidade da *neutralidade científica*.



Como limites inerentes ao material adotado, podemos apontar, a princípio, o fato de tratar-se da análise de “sínteses de pensamentos”, característica da forma de expressão dos “artigos” em periódicos. No entanto, este limite não se constitui em grande obstáculo para nossas intenções, assentadas na tentativa de construir “quadros”, mais do que extensas discussões teóricas e conjunturais. Nestes artigos pudemos, definitivamente, encontrar a matéria de nosso interesse: a identificação de temas, métodos e contribuições.

No entanto, há que ser destacado também a fragilidade de se analisar a produção de um ramo da ciência através das publicações de um único periódico. Dado que não tratam, unicamente, de revistas específicas da sub-área que estamos tratando, é preciso, de um lado, observar a representatividade de artigos desta em relação a todas as outras, e, de outro, a representatividade de alguns institutos de pesquisa em detrimento de outros. Estas observações tornam-se essenciais quando compreendemos ser o campo científico um campo que traduz tanto a hierarquia de valores de nossa sociedade como possui uma hierarquia própria, construída e reconstruída pela história de cada ciência parcelar.

2. Temáticas: para um breve delineamento dos objetos de estudo.

Mais do que realizar uma discussão teórica a respeito do objeto de uma ou outra das ciências parcelares em questão, este trabalho tem a intenção de, a partir da produção efetiva de cada campo, observar quais temas são tomados em seu interior⁴. O método de sistematização das temáticas foi realizado da seguinte forma: 1. a cada artigo foram atribuídas duas palavras-chave que procuraram definir a questão tratada e, seguida, os dados foram sistematizados em tabelas e depois em gráficos. 2. Foi dada prioridade para a identificação dos textos que se referem à reflexão sobre o espaços rural/urbano, a fim de observar a atenção que cada uma das áreas têm dado a esta distinção em suas reflexões. 3. Para os artigos que tratam de questões que atravessam os espaços rural/urbano foram definidas outras duas palavras-chave.

⁴ O método de sistematização das temáticas foi realizado da seguinte forma: 1. a cada artigo foram atribuídas duas palavras-chave que procuraram definir a questão tratada e, seguida, os dados foram sistematizados em tabelas e depois em gráficos. 2. Foi dada prioridade para a identificação dos textos que se referem à reflexão sobre o espaços rural/urbano, a fim de observar a atenção que cada uma das áreas têm dado a esta distinção em suas reflexões. 3. Para os artigos que tratam de questões que atravessam os espaços rural/urbano foram definidas outras duas palavras-chave.



III Simpósio Internacional de Geografia Agrária
IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária
“Jornada Orlando Valverde”
Campesinato em Movimento

5

10 a 14 de outubro de 2007
Londrina-Paraná-Brasil

O RURAL: HORIZONTES, DISPOSIÇÕES. AS CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA E DA SOCIOLOGIA NAS
REVISTAS TERRA LIVRE E TEMPO SOCIAL. (1980-2005)

ISSN 19804563

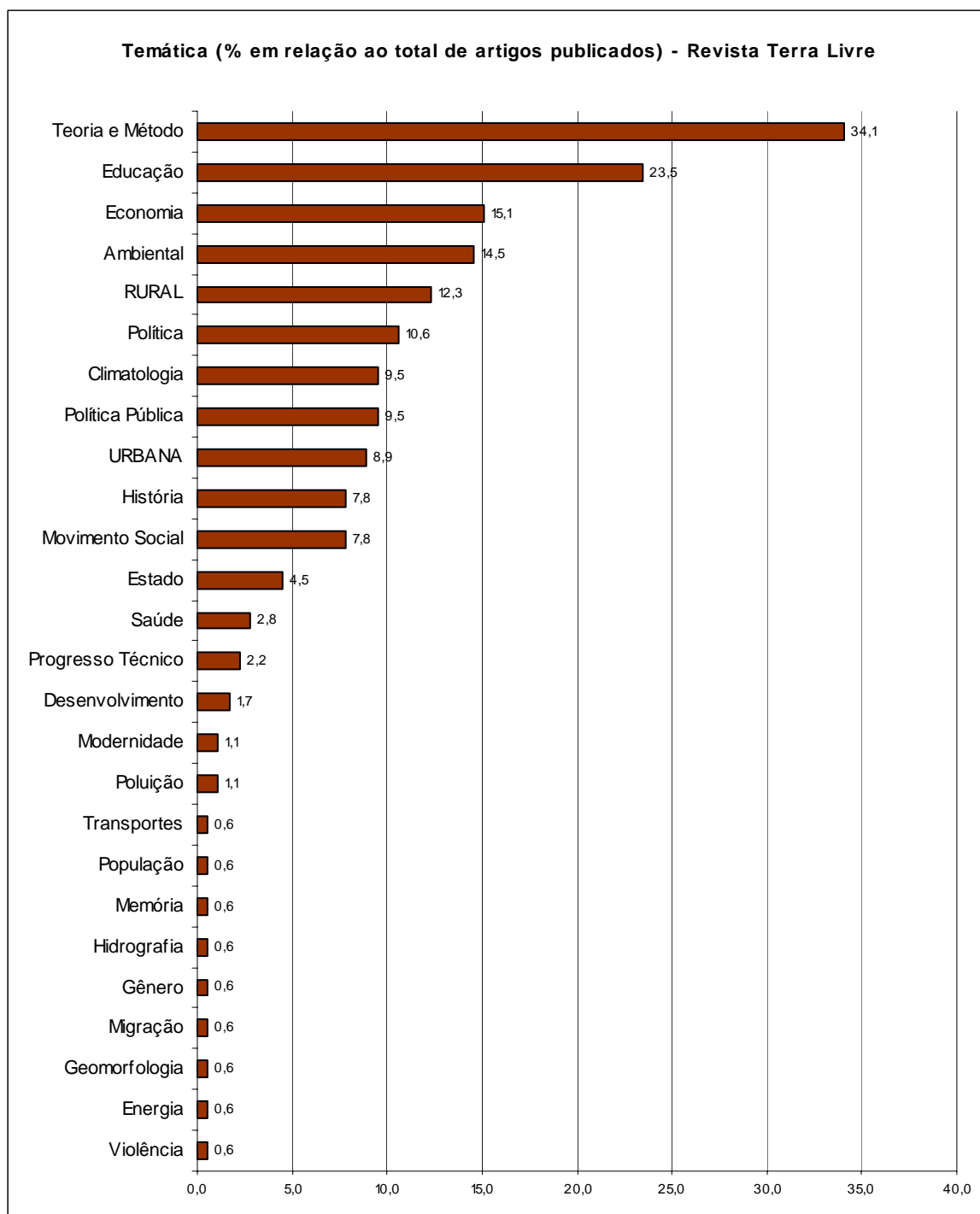
A partir do método especificado acima, construímos os seguintes gráficos



O RURAL: HORIZONTES, DISPOSIÇÕES. AS CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA E DA SOCIOLOGIA NAS
REVISTAS TERRA LIVRE E TEMPO SOCIAL. (1980-2005)

ISSN 19804563

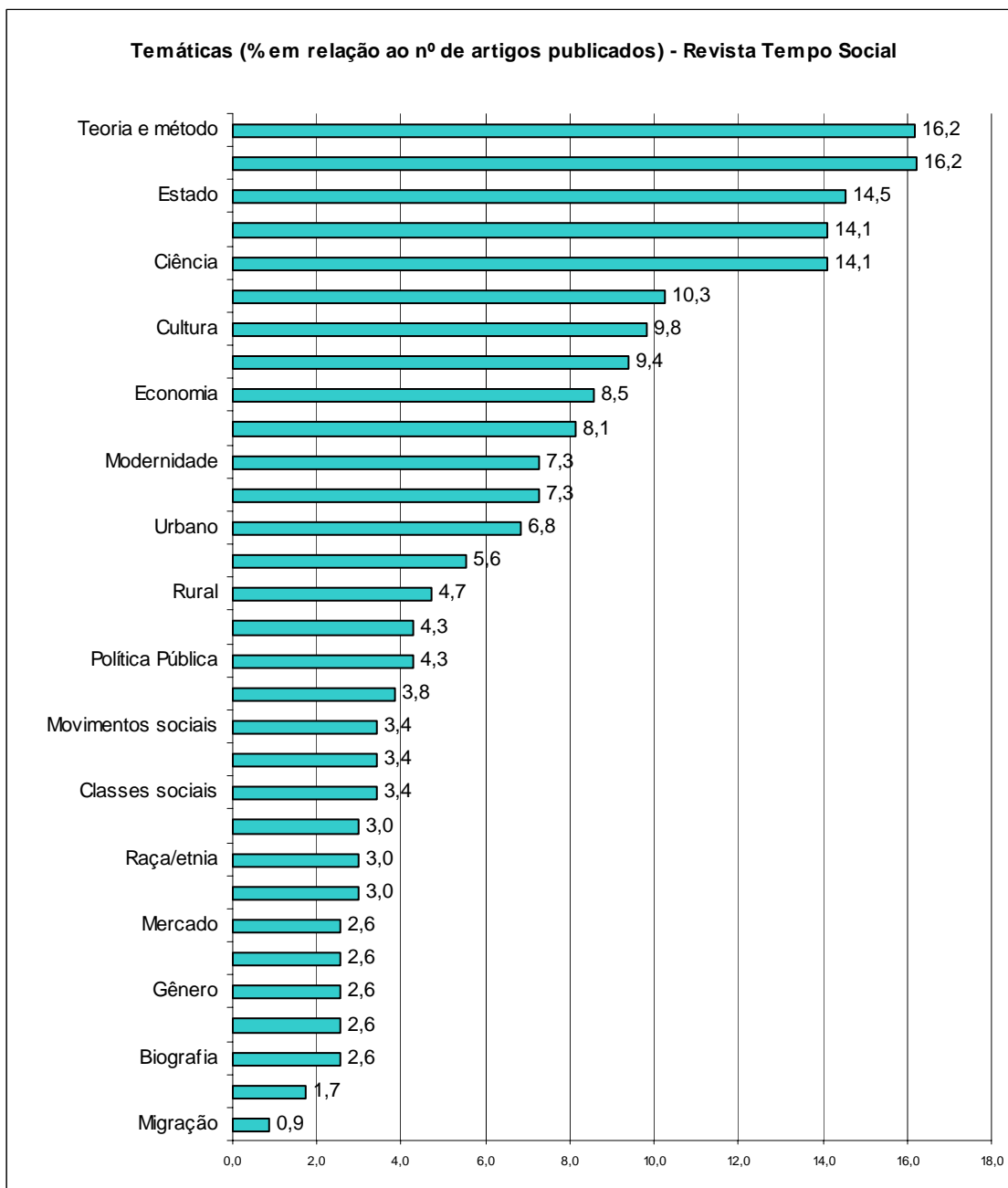
Gráfico 1 e 2 – As temáticas nas revistas.





O RURAL: HORIZONTES, DISPOSIÇÕES. AS CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA E DA SOCIOLOGIA NAS
REVISTAS TERRA LIVRE E TEMPO SOCIAL. (1980-2005)

ISSN 19804563



A primeira questão que salta aos olhos da sistematização dos dados, é a representatividade diferencial da discussão sobre a questão da educação⁵ para cada uma destas áreas específicas. Enquanto na TL esse tema surge em 23% dos artigos (42 dos 189), na revista

⁵Embora esta não a preocupação deste artigo, compreendemos ser este um dado sobre o qual não podemos nos furtar de apontar.



TS aparece apenas em 8% (19 dos 234 publicados). Deprendemos esta atenção diferencial na formação e na produção do pensamento em cada uma destas áreas, do espaço que hoje se concede ao profissional docente de uma e outra área no ensino público e, portanto, do conseqüente peso diferencial deste tema nas graduações respectivas.

Além da atenção dada à temática da educação, os outros temas de destaque na produção da Geografia são, respectivamente, teoria e método (34%), economia (15%), questão ambiental (14%) e a questão rural (12%). Na produção da Sociologia, destacam-se os seguintes temas: Teoria e Método e Trabalho (16%, cada um dos temas), Estado, Ciência e Política (14%, cada um dos temas) e Arte⁶ (10%). Em relação a estes temas mais tratados, a questão rural tem uma representatividade bastante inferior, relativa a 4%.

Estes primeiros dados apontam a relevância das discussões de Teoria e Método para ambas as revistas, dado compreendido pelo fato de tratar-se de revistas científicas, que possuem a finalidade de contribuir para o avanço teórico das discussões empreendidas. Ademais, nota-se que as discussões de destaque em sociologia são aquelas relativas à relação entre ciência, estado, instituições políticas e trabalho. Na Geografia, configura-se uma hierarquia entre dois agrupamentos de temas: um primeiro que relaciona ciência e teoria e método e um segundo constituídos pelas questões da educação, economia, ambiente (ou ecossistemas) e a questão rural.

A questão econômica, que na produção geográfica aparece como a terceira de maior destaque (13%), embora não esteja entre os cinco assuntos mais tratados pela sociologia, têm ainda uma representatividade destacável em relação aos assuntos tratados pela geografia, haja vista aparecer diretamente em 9% dos temas tratados. O fato é que há uma distribuição mais eqüitativa entre os assuntos na TS, em detrimento do que se observa na TL, onde há uma concentração maior em alguns poucos temas.

Quanto à natureza dos temas que surgem em uma e outra sub-área das Ciências Sociais, vemos na Sociologia surgirem assuntos relacionados à cultura, violência, modernidade, memória e imaginário, geração, religião, identidade, família, raça/etnia, poder, gênero... Alguns deste temas não são tratados pela geografia, e aqueles tratados, tem, sem dúvida, representatividade inferior: gênero, violência e memória são tratados em apenas 1 artigo, e

⁶ Trata-se de artigos que partem da análise de obras de arte (música, literatura, pinturas, esculturas, etc).



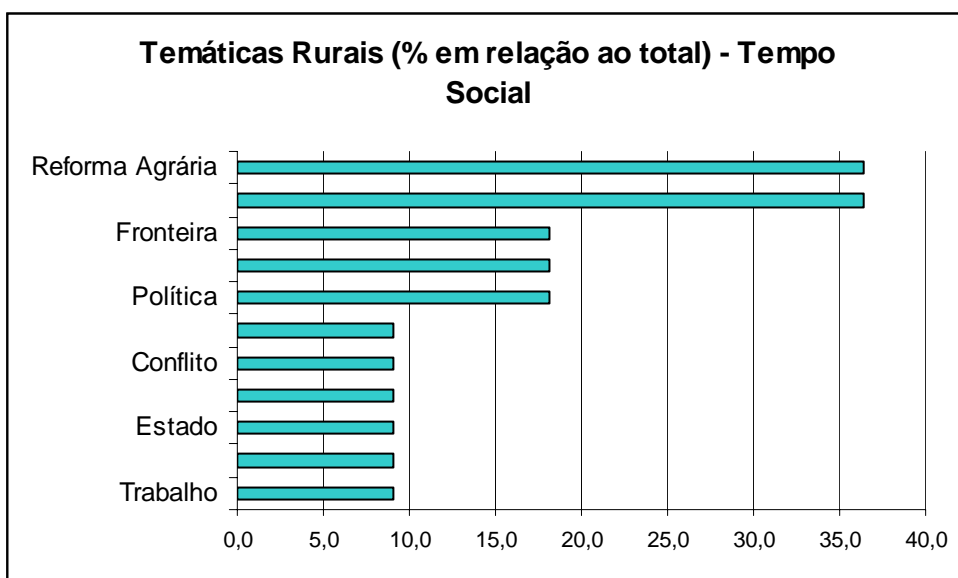
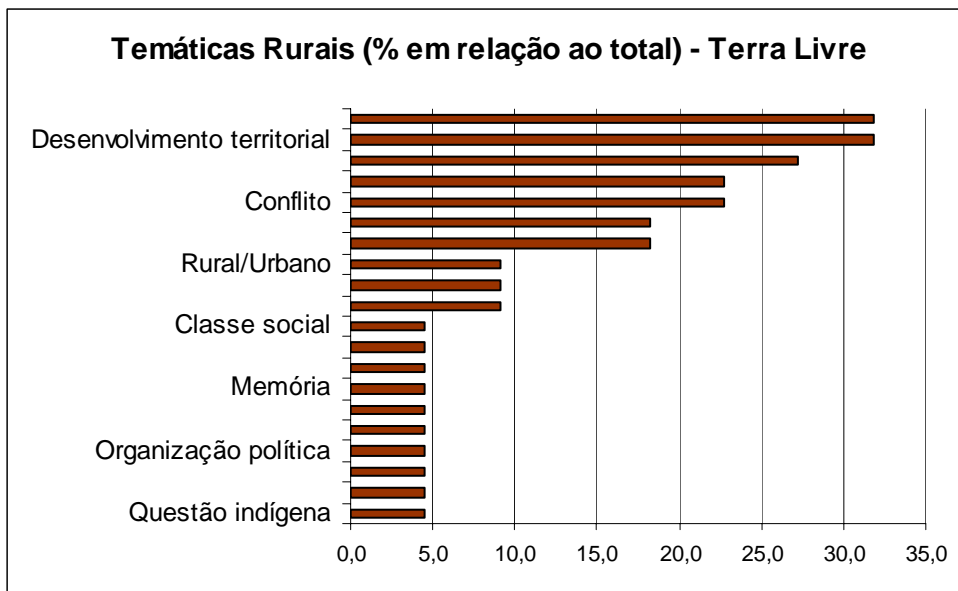
modernidade em 2 artigos. Em contrapartida, há também aqueles temas que são tratados pela Geografia e não o são pela Sociologia. Como as questões ambientais, relativas aos ecossistemas, água, solo, clima, e aquelas relativas a análise dos solos, água, poluição, energia, transportes... dentre outros.

Os artigos que se utilizam da distinção rural/urbana (ou a discutem) tem maior representação na TL do que na TS. Dos 189 artigos publicados na primeira, 23 (12%) referem-se ao espaço rural e 16 (8%) ao espaço urbano. Dos 234 artigos publicados na segunda, apenas 11 (5%) remetem-se a fatos e relações que podem ser diretamente relacionados ao espaço rural e 16 (7%) ao espaço urbano. Estes mesmos dados mostram uma inversão comparativa: enquanto na TL a predominância, no interior dessa dualidade, é para o primeiro elemento deste par (rural), na TS o é para o outro elemento constituinte dele (urbana).

Quanto aos temas tratados no interior da discussão do mundo rural, em ambas as disciplinas vemos destaque para a discussão em torno dos temas da Reforma Agrária e Movimentos Sociais. Este dado ressalta, de toda maneira, o compromisso da duas disciplinas, Geografia e Sociologia, com o contemporâneo, haja vista a discussão em torno do projeto de reforma agrária ter ganhado força na década de 80, com o surgimento do Movimento Sem Terra e o aumento do número de ocupações. IANNI (1989) já ressaltara essa questão ao analisar o contexto da própria gênese da Sociologia, originada da necessidade de compreensão dos problemas contemporâneos. Quanto aos estudos geográficos, este compromisso passa a ter destaque com a escola da Geografia Crítica, de forte influência marxista, a partir da década de 1970.



Gráficos 3 e 4 – Temática rural/urbana nas revistas.



Na Revista TS, os temas Movimentos Sociais e Reforma Agrária surgem, cada um, em 36% dos artigos publicados. Em seguida, encontramos as temáticas Economia, Política e Fronteira (cada tema com representação de 18% perante a produção total). Na Revista TL, os temas Movimento Social e Desenvolvimento Territorial aparecem, cada um, em 31% dos artigos publicados. Em seguida, estão as questões da Reforma Agrária (27%), Teoria e Método e Conflito (22% cada um). Daí podemos depreender que, no interior da discussão



sociológica, há ênfase na discussão da Reforma Agrária em sua relação com a política e a economia. Já nas discussões geográficas, a ênfase é dada à questão do Movimento Social e desenvolvimento territorial.

Enquanto na análise geral das temáticas percebemos que há melhor distribuição dos temas na Revista TS, na análise da temática específica das questões que envolvem o mundo rural, é na Revista TL que encontramos uma melhor distribuição e maior variedade de questões tratadas, como pode ser constatado numa análise da relação entre os gráficos 3 e 4.

Embora este estudo não tenha a intenção de aprofundar a discussão das causalidades que compõe os dados apresentados sobre a produção das duas sub-áreas, confirma questões pontuais relevantes com relação à identidade desta ciências com determinados temas.

Assim, apontamos que as preocupações e a formação do geógrafo estão mais intimamente ligadas à educação que a do sociólogo. Que a distinção rural/urbana tem mais relevo na produção da geografia do que da sociologia, em função, parece-nos, da ligação mais estreita daquela área com o espaço e o território. Que, enquanto na geografia há destaque para as discussões que levam em conta os recursos naturais e as técnicas, na sociologia, o destaque é posto nas instituições e nos indivíduos.

3. O limite da análise sobre os métodos e os instrumentos metodológicos.

Para analisar os métodos que balizam a produção da Geografia Agrária e da Sociologia Rural⁷ optamos por uma posição que se encontra no diálogo entre autores das duas disciplinas. São eles, o professor Eliseu Savério Sposito (2004), geógrafo, e Octávio Ianni (1989), sociólogo.

Depois de um debate entre diversos autores, essencialmente filósofos, clássicos e contemporâneos, e suas concepções de método, Sposito faz a defesa da existência de três métodos: hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico, “... porque eles contêm as características de um método científico, com leis e categorias, e estão, historicamente,

⁷ Essas são as denominações predominantes hoje para as duas sub-áreas. No entanto, através do artigo de FERREIRA (2001) podemos acompanhar, por exemplo, os impasses na denominação do campo da Geografia que trata do meio rural.



relacionados a procedimentos específicos e teorias disseminados pela comunidade acadêmica.” (p. 29).

Octávio Ianni, de outro modo, afirma a possibilidade de reduzirmos as interpretações sociológicas contemporâneas em três polarizações fundamentais: causação funcional, conexão de sentido e contradição. Compreendemos ser as “interpretações” de que fala Ianni diretamente referenciadas à posturas teórico-metodológicas específicas, e nossa compreensão advém da conexão direta que se faz entre essas “explicações”, a distinção defendida por Sposito e a que neste artigo defendemos.

O princípio explicativo da causação funcional de Ianni se apresenta hoje, em nosso modo de ver, nos estudos que assumem uma *análise estrutural-funcionalista*, que privilegia a observância das superestruturas que compõe a sociedade e da relação entre elas, remetendo à analogia dos “sistemas” ou “organismos”. O princípio da conexão de sentido é marcado pelos estudos de *fenomenologia*, que ressaltam a atitude científica da “compreensão” em detrimento da apreensão puramente objetiva. Privilegia a análise dos fenômenos, como manifestação plena de sentido construída e reconstruída pelos indivíduos, enquanto unidade ontológica ou considerados coletivamente. Já o princípio da contradição é encontrado nos estudos sob a direção do método dialético. Neste, macro e micro estruturas, sociedade e espaço, materialidade e subjetividade, sujeito e objeto, encontram-se numa relação de mútua determinação, construída e reconstruída através da constante contradição entre as partes.

A leitura dos artigos que foram matéria de nossa análise nos autoriza defender, portanto, a prática corrente das três correntes teórico-metodológicas descritas acima: *estruturalismo-funcionalismo*, *fenomenologia* e *dialética*. Nossa defesa é, antes, um retrato da produção consultada, de suas tendências e perspectivas recentes de explicação da sociedade e do espaço, do que produto de uma reflexão filosófica sobre a questão do método, que foge aos objetivos específicos da análise a que nos propomos.

Defendemos, acima destas categorizações, a quase inexistência destes métodos em sua forma “pura” em favor de uma verdadeira hibridização metodológica, observada na construção do pensamento e da apreensão das questões que se propõe cada pesquisador. Assim, encontramos estudos que assumem o princípio da fenomenologia, partindo, portanto,



da análise dos sujeitos, sem, no entanto, desconsiderar os elementos estruturais que colaboram na construção destes e da sociedade, aproximando-se, portanto, de uma concepção de dialética. Como também encontramos estudos que partem de uma distinção sistêmica (ou estrutural) da sociedade e do espaço, para desmembrar os componentes e efetuar uma reflexão explicativa da contradição que os envolve.

Parece-nos, portanto, que analisar a produção destas ciências por intermédio do rigor metodológico “formal” não colabora no processo da descoberta, antes impõe “preconceitos formais” que podem vir a descartar importantes contribuições de posturas investigativas um tanto criativas. Defendemos, particularmente, que os métodos devam ser construídos a partir dos objetos, que, no caso das ciências humanas, são, em verdade, sujeito-objetos, seres (ou entidades) dotados de uma racionalidade particular. Ao pesquisador, portanto, é imposto o constante desafio de tomar emprestada a melhor metodologia, ou o melhor conjunto de métodos, para apreender o fato observado, que, em verdade, nos vêm a consciência por mediações difíceis de categorizar, muitas vezes de uma forma um tanto caótica.

4. Os métodos, as contribuições e os diálogos.

No conjunto dos textos analisados na Revista Tempo Social vemos destaque indiscutível para a obra e as contribuições de José de Souza Martins para a análise da questão rural hoje. Dos 9 textos analisados, 5 foram produzidos por ele. Embora se possa supor um certo favoritismo advindo do fato desse autor ser professor na Universidade de São Paulo desde 1965, não há dúvidas da relevância de sua obra e de sua contribuição para os estudos rurais, que têm servido, inclusive, a diversas outras áreas das ciências humanas, como a própria Geografia.

O forte conteúdo crítico de suas colocações são, sem dúvida, produto do método. O materialismo histórico dialético que ele herda de Marx, mas, mais ainda, da releitura de Lefebvre, possibilita-lhe o rigor na análise do contemporâneo. Tendo no horizonte sempre o método lefebvriano da análise horizontal e vertical, que possibilita a análise sincrônica e diacrônica para ressaltar, por fim, a coexistência de diversas temporalidades constituindo o espaço e o momento presentes, Martins afasta (e denuncia) os equívocos de interpretação



de um marxismo estruturalista, anti-histórico, que renuncia ao caráter cumulativo da história e da construção do espaço social.

Os três primeiros artigos publicados por ele trazem, através da aplicação deste método, o desvelamento da particularidade do processo de reprodução ampliada do capital no Brasil (1989 e 1994), das causas históricas e das problemáticas que circundam os conflitos agrários insurgentes desde a década de 1950 (1989), e, por fim, solicita uma compreensão ampliada da situação de fronteira, que vá além das dicotomias conceituais entre frente de expansão e frente pioneira (1996).

No texto intitulado “Impasses políticos dos movimentos sociais da Amazônia”, Martins defende a caracterização do modelo econômico vigente hoje no país através da denominação de “capitalismo rentista” (p. 140), que se firma com as medidas políticas desencadeadas pelo Golpe de 1964. A decisão dos militares de “ocupar” para não “entregar”, e a conseqüente infra-estrutura criada com a construção de estradas que possibilitasse o acesso a essa região, efetua a valorização das terras, elevando o preço da renda da terra, da qual os grandes capitais logo passam a se apropriar através do mecanismo da especulação. A política de incentivos fiscais é ainda outro meio através do qual “o governo transfere renda de outros setores para aqueles de base agrária” (p. 141).

Portanto, em contraposição à denominação “capitalismo autoritário” defendida por Octávio Guilherme Velho e Joe Foweraker, Martins compreende que a reprodução ampliada do capital “não depende apenas de formas coercitivas de extração de *mais-valia*, mas também de formas coercitivas de extração de *lucro*. Ou seja, não envolve apenas a *produção* do valor, mas também sua *circulação* e *distribuição*.”

Uma outra particularidade do processo de reprodução ampliada do capital no Brasil é esclarecida no texto “A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil” (1994). Para Martins esta particularidade está posta na integração, em alguns momentos e espaços, entre acumulação primitiva e reprodução ampliada do capital como partes de um mesmo processo.

“Quando se pensa na acumulação primitiva como processo e não como rótulo, pode-se entender que é processo que poder ter, e tem, ritmo mais ou menos lento. Por isso, além de ser um requisito histórico da acumulação primitiva (e não necessariamente um requisito simultâneo dessa acumulação em todos os ramos e



momentos da produção), a acumulação primitiva pode se mesclar e se confundir com a reprodução do capital.” (p. 9).

É então que o autor demonstra como “empresas cuja lógica econômica, caracteristicamente capitalista e moderna, faz supor que nelas a escravidão seria uma contradição e uma irracionalidade” (p.2), quando, na verdade, reconhecemos a persistência, “mas sobretudo a revitalização” (p.2) dessas relações. Efetua, então, novamente, uma crítica a uma certa compreensão por demais estruturalista do conceito de formação econômico-social que vê nestas persistências sobrevivências de relações pré-capitalistas. Para ele, essas relações são como que cooptadas pelo capital, apropriadas por ele, no interior de seu processo de reprodução.

De outro modo também, o rigor de uma análise histórica e de uma postura investigativa que procuram evitar as conclusões *a priori*, faz com que o autor desvende a diversidade que passa a envolver o conceito de *escravidão* quando ela passa a fazer parte do mecanismo de acumulação de capital, mais recentemente (p. 13). Não sendo mais as formas de escravidão, como a peonagem, uma instituição, o peão pode ou não se tornar mercadoria, e é justamente a possibilidade de não se tornar, “um fator de adesão dos trabalhadores à condição supostamente temporária de peões” (p. 19). Para ele, outros fatores dessa adesão, além daquele que se refere à pobreza e à falta de alternativas no local de origem, estão na sobrevivência de uma certa cultura da escravidão, aliada a uma crítica que depende sempre de uma consciência fluída, e no caráter lúdico que adquire para os migrantes esse “trabalho fora do lugar (e fora da vigilância e da disciplina dos pais, e também, das esposas)” (p. 18-19).

É no rumo desta reflexão, da afirmação das coexistências temporais e da crítica a um certo determinismo conceitual, que Martins avança no texto “O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira” (1996). Neste texto, o autor parte dos conceitos de frente de expansão (cunhado por antropólogos na década de 1950, dos quais Darcy Ribeiro é maior expressão) e frente pioneira (utilizada por geógrafos, entre os quais Pierre Monbeig e Brian John Godfrey, desde a década de 1940), utilizados para compreender a situação de fronteira, para compreendê-la como o lugar do encontro, da alteridade, da contemporaneidade dos tempos históricos.



A frente de expansão é caracterizada por relações e lógicas não capitalistas, mas ainda assim mediadoras da reprodução *capitalista* do capital, na medida em que é também expansão de relações mercantis. Ela antecede a ocupação propriamente capitalista dos territórios. “Quando a distância do mercado não viabiliza a extração da renda capitalista da terra” (p.49), somente uma economia mais próxima da subsistência, que pode, no limite, alcançar a característica de economia de excedentes⁸, encontra lugar. As características encontradas nesse momento são: proximidade das relações servis de trabalho, como a escravidão por dívida ou peonagem, ausência da propriedade formal da terra, e “predomínio dos valores sociais, das crenças, do imaginário na formação, definição e sustentação dos vínculos sociais” (p. 52).

A frente pioneira é, em contraposição, o lugar do moderno, das grandes propriedades. Momento de expropriação, mas também de resistência e redefinição de costumes e tradições. O encontro entre frente de expansão e frente pioneira encerra o princípio da “unidade do diverso”, próprio da dialética, unidade permeada também pelo princípio da contradição. E é esse caráter sincrônico que escapa, a seu ver, a um tal marxismo de visão estruturalista, sobre o qual ele efetua repetidas críticas:

“... penso que o marxismo estruturalista não pode reconhecer nos processos sociais a diversidade e a contemporaneidade dos tempos históricos, porque os separa em agregados referidos à lógica do espaço. Assim, o modo capitalista de produção, em sua perspectiva, é estritamente constituído de um jogo de categorias que, embora contraditórias, tem uma mesma e única data, a do tempo da burguesia e do proletariado. Quase sempre essa data única está subjacente à idéia do capitalismo como sistema (e como conceito) que, por isso, reduz todas as relações, por mais diversificadas que sejam, a uma única definida como capitalista.” (p. 32)

O estudo de Alf Schwarz, intitulado “Lógica do desenvolvimento do Estado e lógica camponesa”, de 1990, tem um ponto de partida diverso daquele de Martins, embora pretenda chegar em considerações semelhantes, que apontam para a natureza contraditória das relações e processos sociais.

Schwarz adota a opção teórico-metodológica da análise da reprodução dos sistemas, que se aproxima do que convencionamos chamar de método estruturalista. Ele inicia sua análise a partir de certas totalidades integradas (a lógica camponesa e a lógica do Estado) para

⁸ Diferente do que ocorre nas atividades empresariais, que vendem seus produtos baseando-se numa contabilidade de custos, numa economia de excedentes estes já aparecem como tais na própria produção, e os meios de vida do agricultor não são imediatamente estabelecidos pela mediação do mercado. (p. 49).



explicar a contradição que as envolve quando passam a ser vistas numa escala mais ampla, como partes do todo social, partes contraditórias desse todo. Essa contradição pode ser observada, segundo o autor, nos insucessos na aplicação de uma política econômica encabeçada pelo Estado que é estranha às necessidades e anseios da população à qual se dirige, os camponeses. Uma certa cegueira voluntária do Estado produz uma verdadeira indistinção na natureza dos projetos econômicos, justamente porque são também projetos políticos.

“Essa obsessão pela segurança imediata desenvolvida na memória coletiva das coletividades rurais que se recordam das dificuldades do passado, vai necessariamente entrar em contradição com essa outra obsessão que manifestam os responsáveis da nação, levados pela sua visão futurista do mundo, esperando concretizar esse futuro pelo desenvolvimento das forças produtivas na indústria, de uma arrecadação máxima de excedentes na agricultura.” (p. 106)

O autor compreende que essas duas lógicas estarão sempre num diálogo contraditório. Mas que as contradições se manifestarão de diferentes maneiras, dependendo do contexto. O autor descreve, a partir de então, dois desdobramentos possíveis: o cenário do “recuo defensivo” e da “integração/marginalização”. No primeiro, os agricultores reagem, fundamentalmente, contra a política de arrecadação, retornando às culturas de subsistência para impedir “a transferência do excedente agrícola para outros setores da atividade nacional, proporcionando um certo excedente no sistema de reprodução local”⁹ (p. 108). No segundo, quando o produtor se integra ao projeto nacional e cultiva as culturas do mercado, para as quais se exige uma utilização crescente de insumos, e, portanto, uma maior arrecadação, vê sua reprodução comprometida, ao mesmo passo que os grandes proprietários continuam a desenvolver-se a passos largos.

No mesmo rumo da postura adotada por Schwarz caminha Dias, em “Errantes em fim de século” (1997), que também se esforça por compreender as lógicas de dois diferentes campos para, posteriormente, compreender sua coexistência contraditória. Trata aqui, ao modo weberiano, de distinguir a lógica de diferentes tipos de *ações sociais* na luta pela terra: a ação dos camponeses, voltada para valores, chamada pelo autor de *lógica de tipo messiânica*, e a ação dos militantes, voltada para fins, que o autor denomina *lógica de tipo racionalista*.

⁹ Cita, então, o caso exemplar dos agricultores do Sahel, que preferem cultivar o milho miúdo e o milho comum a produzir o amendoim que a OACV adquire nas propriedades agrícolas.



A contribuição que podemos captar de seu estudo vêm da interpretação mesma de que, embora essas lógicas não se acomodem uma à outra, também não se repelem, constituindo, portanto, “elementos contraditórios de uma mesma realidade”. Para o autor:

“Tanto a compreensão, que evidencia as lógicas de resistência, como o papel da explicação, que nos mostra os caminhos da dominação e de sua crise, da subordinação da terra ao capital e dos movimentos migratórios dos expropriados, são relevantes.” (p. 176)

E a modo de Martins, Dias também ataca a tentação teórico metodológica de sobre-valorizar as estruturas, o que, em seu estudo, poderia levar ao preconceito formal de explicar o novo fôlego das lutas no campo (que, segundo o autor, tem sua origem numa *lógica de tipo messiânica*) apenas em função do caminhar da Igreja enquanto instituição. Não, para o autor a questão é mais ampla, é preciso alcançar a dimensão cultural e histórica do messianismo, e compreender de que forma ele instrumentalizou, inclusive, a interpretação que fizeram os camponeses das polarizações que se acirram hoje entre ricos e pobres, incluídos e excluídos.

O método da fenomenologia está mais próximo dos textos de Gnaccarini (1989) e Sigaud (2003), por serem aqueles que mais diretamente levam em conta, na análise, as práticas e a racionalidade dos sujeitos dos processos sociais. Embora estes autores utilizem também de outros métodos concomitantemente. São também estes dois textos os que mais se aproximam do método etnográfico, inaugurado pela antropologia, mas apropriado por diversas outras áreas, como a Sociologia e a Geografia. Isso se justifica pelo fato de que o trabalho da “compreensão” das falas dos sujeitos vem freqüentemente acompanhado de uma observação empírica, que repousa sobre os espaços de vida e trabalho dos sujeitos aventados.

Gnaccarini, ao se prostrar sobre a transformação de uma prática de matrimônio (o rapto de mulheres) dos trabalhadores agrícolas, procura compreender, a partir de atenta análise etnográfica, a reatualização sofrida por esta no contato com uma sociedade diferente daquele sobre a qual se originou. É em esforço analítico que congrega cultura e vida material. Parte de uma prática herdada e reproduzida no colonato (onde apresentava já uma forma característica daquela temporalidade, e transformada em relação a suas origens mais longínguas) para compreender a transformação que sofre na transição para o



assalariamento, onde o trabalho passa a ser individualizado e o desemprego um risco latente.

No texto de Sigaud fenomenologia, etnografia, materialismo histórico e dialética estão articulados na tentativa de compreensão do que ela chama de “forma acampamento”. Buscando entender o que dá dinâmica aos processos de assentamento e legitima as ocupações de terra, Lygia parte de uma análise histórica das relações de trabalho sobre o colonato e do lugar no qual os colonos viam-se naquele momento, passa por uma análise político-econômica do contexto de surgimento e expansão do MST pelo território nacional, para, munida desta compreensão materialista da história, alcançar as causalidades ou aquilo que, conforme anunciado no título do artigo, dá “condições de possibilidade às ocupações de terra” (2005). Neste último momento utiliza como instrumental metodológico a realização de entrevistas com assentados e acampados.

Sigaud faz, em seu texto, a defesa da tese de que não há uma “luta pela terra” a priori, anterior ao surgimento das ocupações de terra. Para ela, não fazia parte do horizonte de possibilidades dos colonos e moradores ocupar um engenho ou uma fazenda para obter para si uma parcela das terras desapropriadas dos patrões (p. 263). Para ela, ao contrário, são as ocupações de terra, promovidas pelos movimentos sociais, que originam o conflito. A aceitação tácita do Estado dessa “forma” de reivindicação por terra, reafirmada na efetivação das desapropriações e nos projetos direcionados aos assentamento, e, ainda mais, a dependência que este passa a ter com relação ao serviço que prestam os movimentos sociais no apontamento das terras a serem desapropriadas e na organização dos assentamento, como que atestam a eficácia das ocupações e a interdependência entre INCRA e os Movimentos Sociais.

Termina seu texto, afirmando, através de uma análise comparativa com a Reforma Agrária Sul-africana, que é o elemento “organização dos trabalhadores” aquele que explica o sucesso das ocupações de terra no Brasil e as sucessivas expulsões dos *tenents* das fazendas na África.

Dos textos publicados na Revista TS, apenas 1 refere-se a uma contribuição de outra área do conhecimento, mais especificamente, trata-se de um artigo de uma geógrafa, Regina Sader, que trata da temática do imaginário camponês. Busca compreender como foram



sentidos por estes os acontecimentos que circundaram a Guerra do Araguaia, e o papel da memória no reestabelecimento da vida cotidiana num momento posterior e na amenização dos efeitos do medo por meio do que ela chama de “encantamento”.

Dos textos publicados na Revista TL sobre a temática do mundo rural, 20 foram produzidos por geógrafos, 3 por representantes de movimentos sociais e 4 por cientistas de outras áreas das Ciências Humanas (cientista social, psicólogo social, antropólogo e historiadora). Nota-se que, em relação a Revista TS, há um esforço de diálogo interdisciplinar maior. A temática destes textos será apontada na análise sobre as contribuições, que se segue, mas não nos deteremos demoradamente nestes, privilegiaremos os textos produzidos pelos próprios geógrafos.

Um primeiro grupo de textos de relevância publicados na Revista TL é configurado por aqueles que procuram desvendar as particularidades do desenvolvimento capitalista na organização do território nacional¹⁰. Trata-se de 12 textos distribuídos em 4 edições. Destes apenas 2 foram produzidos por pesquisadores de outras áreas do conhecimento (antropóloga e cientista social).

O primeiro dos textos publicado por Ruy Moreira, (1986), trata de desvendar a “espacialidade diferencial”¹¹ em que a sociedade brasileira se encontra enredada na contemporaneidade, único caminho donde pode derivar um projeto político de transformação. Esta espacialidade, segundo ele, é caracterizada pelo binômio latifúndio-minifúndio.

“O binômio latifúndio-minifúndio moderno cumpre, então, seu propósito de mudar sem mudar, mantendo a clivagem clássica que separa os homens rurais em dois extremos desde os tempos coloniais: de um lado a acumulação de riqueza, o lado latifundista, de outro, a acumulação da miséria, o lado minifundista. Mas agora, como base da reprodução ampliada dessa clivagem numa sociedade já fortemente urbano-industrial: de um lado, a acumulação do capital monopolista e, de outro, a pauperização absoluta da imensa massa de trabalhadores da cidade e do campo.” (p. 16).

Aponta, como se pode depreender da citação acima, como singularidade deste binômio a negação da possibilidade de diferenciação vertical para o campesinato via aburguesamento,

¹⁰ MOREIRA (1986 e 1991), THOMAZ JUNIOR (1986), OLIVEIRA (1986 e 2004), OLIVEIRA, B. (1991), FAULHABER (1991), SADER (1991), MARTINS (1996), BERNARDES (2004), ALMEIDA (2004) e ABREU (2004).

¹¹ Conceito cunhado por Yves Lacotés.



e a dependência recíproca das lutas do campesinato em relação às do operariado e demais frações das classes trabalhadoras urbanas. E são estas singularidades os grandes desafios do movimento popular (p. 18). Para o autor, o único caminho de transformação está na necessária ruptura com essa espacialidade diferencial.

No texto publicado na edição de 1991, Ruy Moreira trata de reconstruir a relação entre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e a transformação do momento da acumulação primitiva para a fase do capitalismo organização do território, descrevendo a gradual transformação do espaço molecular (cujo poder e desenvolvimento econômico tem uma certa autonomia regional) no espaço unitarizado (unificado e controlado pelo capital financeiro e monopolista), movimento que corresponde real. Realiza este caminho explicativo através da reconstrução histórica da expansão capitalista nas regiões brasileiras. As conseqüências deste movimento são apontadas de maneira bastante clara no trecho abaixo:

“O que é, conseqüentemente, próprio da marcha do caminho latifundiário-burguês da transformação agrária no Brasil é esta estratégia de primeiro criar para, em seguida, dissolver as formas moleculares do trabalho rural próprias da acumulação primitiva, para transformá-la na forma essencialmente única do vendedor da força de trabalho própria do novo latifúndio, tal qual estamos vendo do colono no bôia-fria, do morador no clandestino dos direitos, do seringueiro no peão.” (p. 61)

As preocupações de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1986 e 2004) também permeiam a análise da estrutura fundiária, dicotomizada na relação entre latifúndio-minifúndio, e na relação entre agricultura e indústria. No primeiro de seus textos publicados, fundamentado na particularidade exposta por Martins (1989 e 2004) referida à característica do desenvolvimento capitalista no Brasil, definida por este de “capitalismo rentista”, o autor procura investigar de que modo se dá a apropriação da renda da terra pelo capital no caso específico da agroindústria citrícola no Estado de São Paulo. Trata-se, segundo Ariovaldo, de um caso de monopólio capitalista posto fundamentalmente na circulação, diferentemente de outros ramos (como o canavieiro), em que o monopólio acontece na produção. Em virtude desta singularidade e da crescente internacionalização do monopólio, o autor aponta que grande parte da renda da terra é apropriada pela indústria norte-americana, uma parte já reduzida é apropriada pelas indústrias brasileiras e somente uma pequena parte pelos pequenos produtores, os maiores produtores nas áreas de expansão



da citricultura. Aponta, por fim, a tendência à crescente internacionalização da produção do setor, e portanto, um acirramento da questão desvendada.

Avança nesta discussão no segundo texto publicado na Revista, quando, a partir de uma análise estrutural criteriosa, procura desvendar os mitos e as contradições que recobrem a roupagem de modernidade de que se reveste o agronegócio no país. Aponta o caráter de reserva patrimonial que caracteriza um grande volume dos latifúndios, demonstrando, em contrapartida, que as pequenas unidades de produção sempre tiveram sua apropriação fundada na produção, sendo, portanto, as grandes responsáveis tanto pelo abastecimento interno como por um volume significativo das exportações. Ademais, são também aquelas que mais empregam e destinam grande parte de suas rendas para esta finalidade (p. 153). Por fim, aponta uma política de Reforma Agrária ampla e massiva como o caminho a ser seguido em direção à conquista da soberania alimentar.

Um terceiro grupo de textos trata também de discutir a expansão da agroindústria no país, porém, com enfoques diferentes. THOMAZ JUNIOR (1986) e BERNARDES (2004) debruçam-se sobre o processo de (re)organização territorial efetuada pelo crescimento gradativo da produção para exportação. O Prof^o. Thomaz trata das agroindústrias canavieiras especificamente na cidade de Jaboticabal, e Bernardes, da produção sojifera no cerrado matogrossense. O primeiro coloca como centro da discussão a questão do monopólio e utiliza como caminho metodológico o estudo da expansão da produção de uma família produtora da região. A segunda, enfatiza os impactos das inovações tecnológicas e avalia os efeitos ambientais, econômicos, políticos e social que envolvem a produção da commodity.

Ainda, ABREU (2004) também tratando da expansão da soja no cerrado matogrossense, percorre o caminho da investigação sobre as políticas públicas de desenvolvimento regional. Desvenda o discurso do desenvolvimento sustentável, equilibrado do ponto de vista regional, presente nas propostas mais recentes, pós-1980, demonstrando que o que está por trás deste ainda é o velho ideário desenvolvimentista, voltado aos interesses do capital monopolista.

O texto de MARTINS, S. (1996) sobre a situação da “fronteira” – que *talvez* não casualmente tenha sido publicado no mesmo ano em que MARTINS, J. (1996) discute o



tema na Revista TS – efetua um diálogo crítico com este outro autor, realizando uma crítica à influência lefebvriana que tanto marca sua obra. Ao invés de privilegiar o dado da coexistência dos tempos históricos, Sérgio defende a situação de fronteira como o momento da “reprodução da vida subsumida ao mundo da mercadoria” (p. 128), ressaltando que o Estado em parceria com o capital realiza uma verdadeira “abstração das práticas sociais que produzira espaços concretos pré-existentes, na medida em que são tidas como irracionalidades” (p. 128). No trecho abaixo o autor nos dá a dimensão de sua compreensão da questão, através da crítica efetuada a Lefebvre:

“Há um equívoco, a meu ver, em Henri Lefebvre quando enxerga um certo economicismo nesta parte da obra de Karl Marx, pois se trata, em verdade, do deslocamento, não raro brutal, da reprodução social para o mundo da mercadoria, tanto, e principalmente, pela instauração de relações especificamente capitalistas, fundadas no trabalho assalariado, quanto pelo atrelamento das relações não-capitalistas às tramas reprodutivas do capital.” P. 130.

Notamos que Sérgio opta por enfatizar a questão da violência implementada pelo capital no momento da expansão de suas fronteiras agrícolas, enquanto José de Souza Martins prefere uma análise um tanto mais dialética, enfatizando o encontro contraditório do diverso, que, por conseguinte, efetua uma *redefinição* de costumes e culturas e não tão somente o esquecimento e a negação. Talvez tenhamos, de um lado, a violência e um pensamento acerca da necessidade de negação da lógica que a produz, embebida – nos é sugerido – por uma vontade de *projeto*, quem sabe; de outro, um pensamento acerca da resistência possível ante o desenvolvimento real, um *modo de falar* sobre um comportamento de resistência cotidiano.

Os textos de SADER e FAULHABER (1991) – esta última doutora em Ciências Sociais – tratam de estudos de caso específicos de expansão da fronteira. SADER estuda o caso do projeto de colonização do Maranhão, efetuada, pela Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO) que abre possibilidade para o início de um longo ciclo de grilagens e expropriações no Estado, agravado pela construção, no início da década de 70, da estrada que liga a cidade de Santa Inês a Açailândia, esta última na margem da Belém-Brasília, ao norte de Imperatriz. Os mais diretamente afetados neste processo de expropriação são os descendentes de quilombos que até então se constituíam em pequenos proprietários. Muitos destes passam a migrar, mas, por outro lado, outros também resistem, constituindo bairros negros nas proximidades das terras expropriadas. Há, portanto, um



esforço da autora em ressaltar as permanências, o processo de resistência, e o papel da memória e do imaginário na construção da identidade coletiva:

“Mas o fato importante, que cabe relatar, é que essa identidade e coesão passam pela noção de existência da terra da comunidade, não mais no plano concreto, mas no plano do imaginário do grupo, mantido por práticas culturais específicas: Bumba-meu-boi, Tambor de Crioula, Tambor do Divino, Dança da Poeira. Longe de serem ‘danças folclóricas’, são rituais vivos que remetem o grupo a um tempo específico: o tempo ritual.” (p. 75)

Priscila FAUHABER contribui para o desvendamento da violência implementada pelos projetos “desenvolvimentistas” de colonização sobre as populações locais, estudando o caso do projeto “Segurança e Desenvolvimento ao Norte das Calhas do Rio Solimões e Amazonas”, que atinge diretamente a população ribeirinha, indígena e não indígena. Trata-se de uma área geopolítica estratégica de ocupação da Amazônia, pois a cidade de Tefé, localizada na margem direita do Solimões, tem sido vista como um local adequado para a polarização dos movimentos militares (p. 78).

A autora compreende a fronteira como um “espaço aberto, porém controlado” (p. 86), e o projeto Calha Norte, porta-voz da expansão neste espaço, como um projeto...

“... estruturado com base em categorias ideológicas, tem objetivos estratégicos, como a intensificação da diferenciação sócio-econômica na sociedade tradicional. O projeto considera esta diferenciação em termos de diversidades geográficas infra-regionais, partindo da distinção sociológica entre ‘ribeirinhos’, ‘núcleos interioranos’ e ‘faixa de fronteira’. Esta diferenciação supõe uma concepção evolucionista da formação econômico-social na chamada Amazônia.” P. 88

Aponta, por outro lado, que essa mesma diferenciação sócio-espacial tem sido instrumentalizada pelos setores populares na luta pela terra, neste caso específico pelos movimentos indígenas insurgentes nas últimas décadas. Representando ademais, uma reação à estigmatização produzida por uma certa categorização uniformizadora, que impõe sobre os índios e caboclos a marca de inferioridade frente à sociedade branca.

Ademais, o tema das resistências caracteriza um outro grupo representativo de artigos publicados na Revista TL, e referem-se diretamente à questão dos movimentos sociais de luta pela terra. Trata-se de 11 artigos¹² (um produzido em outras áreas do conhecimento, a Psicologia Social, e três por ativistas dos movimentos sociais), distribuídos em 7 edições da revista.

¹² REGO (1989), TARELLO (1991), BARBOSA (1991), GONÇALVES (1991), MANÇANO (1996, 1999 e 2004), KRENAK (1991), MENDES (1992), BARROS (1992) e ANJOS (2001)



Os textos produzidos pelo Prof^o Bernardo Mançano Fernandes revelam o esforço de registrar os processos de espacialização e territorialização, a organização social, política e econômica do Movimento Sem Terra, tanto através da análise qualitativa (pautada no acompanhamento das estratégias de organização, tanto nas reuniões política como diretamente nos assentamento, sobre o que se refere mais diretamente o texto publicado em 1996), como da análise quantitativa (através da criação e manutenção do DATALUTA, um programa que sistematiza os dados da espacialização e territorialização do movimento pelo território nacional, apresentado no texto de 2004)¹³.

O autor aponta, por meio destes textos, que a luta pela terra e pela reforma agrária têm se configurado como uma luta por formas alternativas de organização do trabalho e da produção. Esta é, no limite, uma luta pela transformação do modelo de desenvolvimento da agricultura, que leve em consideração as experiências em construção nos assentamentos e se construa com base nas necessidades reais vividas no interior dos assentamentos, as mais diversas. Por outro lado, aponta o caminho da conquista de representatividade no Congresso Nacional como a atitude política necessária para que este projeto de transformação venha a se efetivar.

No campo teórico, há também o esforço de apresentar a particularidade da Geografia na reflexão sobre os processos de espacialização e territorialização dos movimentos sociais (1999). Cunha então os conceitos de movimentos sócio-espaciais e sócio-territoriais que exprimem, respectivamente, movimentos sociais isolados (que atuam numa escala reduzida, um município ou um pequeno conjunto de municípios, e que, portanto, caminham sempre no limiar da extinção) e movimentos territorializados (organizados politicamente e atuantes em diversos lugares ao mesmo tempo, multiplicando-se no processo de territorialização).

Experiências específicas de organização do MST são discutidas nos textos de REGO (1989) e TARELLO (1991). O primeiro deles trata dos limites e avanços da experiência autogestionária da Associação dos Pequenos Produtores de Nova Ronda Alta, situado no município de Ronda Alta, localizado no norte do Estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma experiência bem-sucedida de apropriação coletiva do espaço destinado à produção,

¹³ Esforço semelhante de sistematização e cartografia dos processos de territorialização, tanto para instrumentalizar as análises científicas como para servir ao auto-conhecimento dos movimentos sociais e construção de políticas públicas, é encontrado no texto de ANJOS (2001). Este autor, doutorado em Informações Espaciais (Edusp-BR), registra a territorialização dos remanescentes de quilombos pelo território Nacional.



que tem ampliado consideravelmente a margem de ação do grupo e o progresso da situação material. O autor relata minuciosamente o funcionamento desta associação e discute a viabilidade da adoção das práticas aí instituídas em outros assentamentos, haja vista que tem sido tomado como modelo de desenvolvimento pelo movimento, sendo palco de constantes visitas de grupos e representantes deste.

O auxílio que encontram junto a instituições e órgãos governamentais, a elevada politização encontrada entre os agricultores de Nova Ronda Alta e o aproveitamento ótimo das possibilidades que encontram dentro da limitada faixa de opções que a subordinação ao mercado os impõe, são, para o autor, os fatores que apresentam aos que procuram referência nesta experiência tanto os méritos quanto os limites que precisam ser ultrapassados pelo movimento.

TARELLO (1991), de outro modo, enfatiza a experiência do Movimento Sem-Terra de Sumaré da perspectiva da organização política. Traça a história da formação deste movimento desde o surgimento da demanda por terra até o assentamento das famílias, mostrando um trajeto que se inicia nas discussões realizadas no interior das CEB's (década de 70), sobre problemas vividos no interior dos bairros periféricos da região de Campinas e Sumaré, se instrumentaliza através da fundação do PT na localidade (1982), e, com as dificuldades encontradas na manutenção da Horta Comunitária criada pelo partido, caminha em direção à luta pela conquista de terra.

Um outro importante grupo de textos relata a experiência de luta e resistência dos seringueiros na região Amazônica. Falam do caminho que o Movimento dos Povos da Floresta, liderado por Chico Mendes, percorreu, alcançando relevo internacional em função da articulação efetuada no discurso político, que entrecruza as questões de trabalho, forma de apropriação da terra e ecologia. São, em verdade, transcrições de palestras proferidas, duas delas por membros do movimento (Chico Mendes e Raimundo de Barros) e uma pelo geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves. Relatam o histórico sobre a economia da região amazônica, a construção do processo de resistência, materializado nas ações chamadas de "empate" (MENDES, 1992), a questão do conflito em si (MENDES, 1992, e BARROS, 1992) e, ainda, a proposta de Reserva Extrativista, criada pelo Conselho Nacional dos Seringueiros (GONÇALVES, 1991).



Discussão também relevante é aquela efetuada por ALENTEJANO (1999 e 2004). No primeiro de seus textos publicados na Revista TL, parte da discussão dos fundamentos político-ideológicos contidos do documento “Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural”, lançado pelo Governo Federal em 1999, do enfrentamento entre movimento social e governo em torno desta proposta e, por fim, questiona a concretude deste “novo mundo rural” e a validade do par rural/urbano como conceitos definidores do conteúdo espacial contemporâneo.

O autor denuncia, neste texto, o conteúdo ideológico que se põe como pano de fundo da “incapacidade” deste projeto de dar conta da diversidade de necessidades experimentadas pelos pequenos produtores, especialmente por aqueles de baixa renda, como os assentados em projetos de Reforma Agrária, explicitando os diversos mecanismos através dos quais se arma uma ofensiva contra a força de mobilização e crítica gestada no interior dos movimentos sociais de luta pela terra, especialmente o MST.

De outro lado, Alentejano aponta sua discordância em relação à concepção de “novidade absoluta” contida na denominação do “novo rural brasileiro”, embora concorde em que esteja se desenrolando um processo de importantes transformações no campo. Do mesmo modo, é contrário às afirmações que negam o par rural/urbano como conceitos que dêem conta desta nova etapa de transformações. Para ele, é preciso não confundir o uso dicotômico que este par muitas vezes teve com sua validade enquanto recipiente de um conteúdo conceitual, e, ainda, não tratá-lo como definidor de realidades homogêneas.

“Com isso queremos dizer que cada realidade rural ou urbana deve ser entendida em sua particularidade, mas também no que tem de geral, sua territorialidade mais ou menos intensa. É esta intensidade da territorialidade que distingue, em nossa opinião, o rural do urbano, podendo-se afirmar que o urbano representa relações mais globais, mais descoladas do território, enquanto o rural reflete uma maior territorialidade, uma vinculação local mais intensa.” (1999, P. 105).

Em seu segundo texto retoma as discussões realizadas neste apontando o projeto de Reforma Agrária como protagonista da transformação sócio-espacial:

“Porém, para que a reforma agrária retome seu papel de política protagonista da transformação sócio-espacial é preciso abandonar a orientação ‘resolução pontual de conflitos / determinação pelos mercados’ que caracterizou a política de assentamentos nas últimas duas décadas e voltar a ser pensada como política estratégica de combate às desigualdades estruturais, tanto pelas transformações diretas que pode produzir no mundo rural, como pelos efeitos indiretos que pode ter sobre o emprego, a renda, a alimentação e a qualidade de vida nas cidades.” (2004, p. 37).



Uma última contribuição destacável no conjunto dos artigos é aquele que trata da discussão do conceito de classe camponesa, discussão que ganhou relevo na Geografia a partir da década de 1980, com a intensificação das ações dos movimentos de luta por terra no país. ALMEIDA (2003) inicia sua discussão apontando a especificidade camponesa no âmbito do desenvolvimento capitalista, caracterizada por sua posição um tanto ambígua, de sujeitos que são, ao mesmo tempo, proprietários de terra (e dos meios de produção) e trabalhadores, para defender, contrariamente ao que diversos teóricos marxistas defendem, que a posição que ocupam na atual configuração político-econômica os inserem na luta anticapitalista, tal como é colocado o proletariado.

“Cumprе então reafirmar nosso entendimento desta situação de ambigüidade que marca a trajetória camponesa: por um lado, luta por valores considerados conservadores ligados à reprodução de sua condição de proprietário de terra; por outro, luta contra as diversas formas de drenagem da renda fundiária, que ocorre na circulação dos produtos do seu trabalho e contra a ameaça de expropriação. Essa última possibilidade contém em germe a luta anticapitalista; porque, para não experimentar sua finitude, o camponês se opõe à produção e à expansão territorial do capital, denunciando a destruição de seu modo de vida e revelando, neste conflito, para si e para as demais classes, sua oposição ao capital, e, assim sua consciência de classe, desnudada.” P. 87

Na exposição dos textos publicados na Revista TL sobre a discussão do mundo rural, percebemos a presença destacável das orientações teóricas de base marxista, observada nas referências constantes à luta de classes e ao esforço de denúncia da lógica corrosiva que a dinamiza. É herdado também, por conseguinte, o método do materialismo histórico dialético como ferramenta de compreensão da realidade. Assim, percebemos a recorrência de textos que buscaram explicação do contexto atual no desenrolar histórico da luta de classe, algumas vezes observando a dinâmica de estruturas específicas de nossa sociedade, outras vezes observando o entrecruzamento e o diálogo entre elas na tarefa de constituição da sociedade contemporânea e ainda outras inserindo a análise sobre a perspectivas dos sujeitos de processos sócio-espaciais específicos.

Quanto aos instrumentos metodológicos utilizados, em relação aos textos publicados na Revista TS, a Revista TL se utiliza com mais freqüência de dados quantitativos e da cartografia, preocupando-se mais cuidadosamente com a caracterização dos espaços e territórios. Na Revista Tempo Social predomina a observação empírica e a análise de entrevistas diretas.



Os diálogos efetuados de maneira mais direta entre os autores de uma e outra disciplina foram apontados no corpo do texto. Ademais, vale destacar a importância da obra do sociólogo José de Souza Martins tanto concedendo base teórica como gerando debates críticos ricos. Em 11 dos 20 textos acadêmicos publicados na Revista Terra Livre encontramos referências a este autor. Por outro lado, a influência do pensamento geográfico nas construções sociológicas é bastante reduzida, sendo encontrada somente nos textos mais recentes que tratam da discussão da reforma agrária e dos movimentos sociais de luta pela terra, nas referências à Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Manuel Correia de Andrade e Bernardo Mançano Fernandes.



Considerações Finais.

Tratar de questões tão fundamentais para a análise social num ensaio como este, de tão poucas páginas, pode ser tido como um ato de extrema violência. E talvez o seja. Mas optamos por captar “sínteses” de pensamentos para, durante o processo de reflexão sobre elas, os contrapor. Pensamos em facilitar o processo da reflexão através de um *encadement* de exposições que favoreça o “olhar” sobre as posições que, direta ou indiretamente, dialogam. Não privilegiamos uma análise de sequência temporal. Assim, ressaltamos o diálogo, sem, no entanto, realizar o ato da criticidade sobre cada uma das questões, que demandam um esforço bastante cuidadoso, uma obra, sem dúvida, muito mais extensa e uma maturação teórica e política.

Inevitavelmente algumas discussões “gritaram” durante o esforço de exposição. Como aquela realizada por Martins, S. (1996) e Martins, J. (1996) sobre a situação da fronteira. Esta talvez seja demonstração *da mais clara* do papel importante que cumprem tais Revistas, do diálogo que efetuam constantemente e – podemos supor – das posições teóricas e políticas assumidas pelos grupos que coordenam a edição destas.

Que esta síntese venha a contribuir para o debate dentro destas áreas do conhecimento.



Bibliografia analisada.

ABREU, S. Racionalização e Ideologia: o domínio do capital no espaço mato-grossense. In: Revista Terra Livre, n21, pp. 169-181, 2004.

ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro. In: Revista Terra Livre, n15, pp. 87-112, 1999.

ALENTEJANO, P. R. R. As relações campo-cidade no Brasil no século XXI. In: Revista Terra Livre, n21, pp. 25-39, 2004.

ALMEIDA, R. A. O conceito de classe camponesa em questão. In: Revista Terra Livre, n21, pp. 73-88, 2004.

ANJOS, R. S. A. O espaço geográfico dos remanescentes de antigos quilombos no Brasil. In: Revista Terra Livre, n17, pp. 139-154, 2001.

BARBOSA, Y. M. O movimento camponês de Trombas e Formoso. In: Revista Terra Livre, n 6, pp. 115-122, 1991.

BARROS, R. O seringueiro. In: Revista Terra Livre, n7, pp. 23-42, 1992.

BERNARDES, J. A. Territorialização do capital, trabalho e meio ambiente em Mato Grosso. In: Revista Terra Livre, n21, pp. 157-167, 2004.

DIAS, W. V. Errantes em fim de século. In: Revista Tempo Social, v9, n2, pp. 165-178, 1997.

FERNANDES, B. M. Reforma Agrária e modernização no campo. In: Revista Terra Livre, n11-12, pp. 153-175, 1996.

FERNANDES, B. M. Movimento social como categoria geográfica. In: Revista Terra Livre, n15, pp. 59-85, 1999.

FERNANDES, B. M. *et alli*. DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: uma experiência de pesquisa e extensão no estudo da territorialização da luta pela terra. In: Revista Terra Livre, n21, pp. 89-112, 2004.

FERREIRA, D. A. O. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. In: Revista Terra Livre, n16, pp. 39-70, 2000



GNACCARINI, J. C. O rapto das donzelas. In: Revista Tempo Social, v1, n1, pp. 149-168, 1989

GONÇALVES, C. W. P. A defesa da natureza começa pela terra. In: Revista Terra Livre, n. 7, 43-52, 1992.

FAULHABER, P. A Terceira Margem. Índios e ribeirinhos do Solimões. In: Revista Terra Livre, n6, pp. 77-92, 1991.

IOKOI, Z. M. Os dilemas históricos da questão agrária no Brasil. In: Revista Terra Livre, n11-12, pp. 135-152, 1996.

KRENAK, A. Tradição indígena e ocupação sustentável da floresta. In: Revista Terra Livre, n6, pp. 9-18, 1991

MARTINS, J. S. Impasses políticos dos movimento sociais na Amazônia. In: Revista Tempo Social, v1, n1, pp. 131-148, 1989.

MARTINS, J. S. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. In: Revista Tempo Social, v6, n1-2, 1994.

MARTINS, J. S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: Revista Tempo Social, v8, n1, pp. 25-70, 1996.

MARTINS, J. S. Reforma Agrária. O impossível diálogo sobre a História possível. In: Revista Tempo Social, v11, n2, pp. 97-123, 1999.

MARTINS, J. S. A Reforma Agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. In: Revista Tempo Social, v15, n2, pp. 141-175, 2003.

MARTINS, S. A produção do espaço na fronteira: acumulação primitiva revisitada. In: Revista Terra Livre, n11-12, pp. 119-133, 1996.

MENDES, C. A luta dos povos da floresta. In: Revista Terra Livre, n7, pp. 9-21, 1992

MOREIRA, R. O Plano Nacional de Reforma Agrária em questão. In: Revista Terra Livre, n1, pp. 6-18, 1986.

MOREIRA, R. A marcha do capitalismo e a essência econômica da questão agrária no Brasil. In: Revista Terra Livre, n6, pp. 19-63, 1991.



OLIVEIRA, A. U. A apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista. In: Revista Terra Livre Social, n1, pp. 26-38, 1986.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e no agronegócio no Brasil. In: Revista Terra Livre, n21, p.113-156, 2004.

OLIVEIRA, B. C. Reforma Agrária para quem. Discutindo o campo no Estado de São Paulo. In: Revista Terra Livre, n6, pp. 105-114, 1991.

REGO, N. A experiência de autogestão dos trabalhadores agrários de Nova Ronda Alta e o seu significado para o Movimento Sem-Terra. In: Revista Terra Livre, n4, pp. 65-76, 1989.

SADER, R. Lutas e Imaginário camponês. In: Revista Tempo Social, v2, n1, pp 115-125, 1990.

SADER, R. Migração e violência – o caso da pré-amazônia Maranhense. In: Revista Terra Livre, n6, pp. 65-76, 1991.

SCHWARZ, A. Lógica do desenvolvimento do Estado e lógica camponesa. In: Revista Tempo Social, v2, n1, pp. 75-114, 1990.

SIGAUD, L. As condições de possibilidades das ocupações de terra. In: Revista Tempo Social, v15, n2, pp. 255-280, 2003.

TARELLO, L. C. O Movimento Sem Terra de Sumaré. Espaço de conscientização e de luta pela posse da terra. In: Revista Terra Livre, n6, pp. 93-104, 1991.

THOMAZ JUNIOR, A. T. As agroindústrias canavieiras em Jaboticabal e a territorialização do monopólio. In: Revista Terra Livre, n1, pp. 20-25, 1986.

Outras fontes bibliográficas de referência.

IANNI, O. A sociologia e o mundo moderno. In: Revista *Tempo Social*, S.Paulo, 1989.

SPOSITO, E. S. Geografia e Filosofia. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.